



Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins Serviço de Recursos Logísticos

EDITAL Nº 37/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 25056.001162/2020-01
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021 – SRP
TIPO MENOR DESCONTO
UASG: 257043

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio do **Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins-Belém/PÁ**, sediado na Avenida Conselheiro Furtado, nº 1.597, - Bairro Cremação, Belém/PA, CEP 66040-100, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento *menor preço por item*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

- **Data da sessão: 17 de agosto de 2021**
- **Horário: às 10:00 horas, horário de Brasília**
- **Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br**
- **Código da UASG: 257043**

DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de Motobombas Submersas, Bombas Centrífugas, Roçadeiras, Lavadoras de Alta Pressão e Máquina de Solda, para atender aos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA, UBSI's e Casais, no atendimento das etnias Tembé, Gaviões, Suruí, Assuruni, Amanayé, Anambé, Xikrin, Munduruku, Arapium, Jaraqui e Way Way, sob responsabilidade do DSEI GUATOC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.*
- 1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS**
 - 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços
- 3. DO CREDENCIAMENTO**
 - 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
 - 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
 - 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
 - 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
 - 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. *Valor unitário e total do item;*

- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *total/unitário do item*.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser (.).
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade

empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim com das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas *[duas horas]*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *“chat”* a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.8. No caso de exercício de atividade de XXXX: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo XX da (Lei/Decreto) nº XXXX.
- 9.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.10. Qualificação Econômico-Financeira.**
- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

L C =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Quantidades compatíveis com o exigido neste instrumento
- b) Prazo de entrega compatível com o exigido neste instrumento

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições
- 16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 17.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

- 21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 22.1.3. apresentar documentação falsa;
- 22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.6. não manter a proposta;
- 22.1.7. cometer fraude fiscal;
- 22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 22.4.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 22.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.4.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.4.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.4.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.4.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.4.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.4.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.4.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.4.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.4.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cplguatoc@saude.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço avenida conselheiro furtado nº 1597, Bairro da Cremação, Belém-PA, seção SEAD.
- 24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 24.6.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 24.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida conselheiro Furtado, nº 1597, Bairro da Cremação, Belém-PA nos dias úteis, no horário das 08:00h horas às 17:00h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 25.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
- 25.12.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

Belém, 14 de junho de 2021.

Assinatura da autoridade competente

Ministério da Saúde



Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins
Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena

**TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA GUAMÁ TOCANTINS PREGÃO Nº13/2021**

(Processo Administrativo nº 25056.001162/2020-01)

26. DO OBJETO

26.1. Aquisição de Motobombas Submersas, Bombas Centrífugas, Roçadeiras, Lavadoras de Alta Pressão e Máquina de Solda, para atender aos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA, UBSI's e Casais, no atendimento das etnias Tembê, Gaviões, Suruí, Assuruni, Amanayé, Anambé, Xikrin, Munduruku, Arapium, Jaraqui e Way Way, sob responsabilidade do DSEI GUATOC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Órgão gerenciador						
Item	Especificações	CATMAT	Unid.	QD.	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	Motobomba Submersa com potência de 1,0 cv , padrão Monofásica , Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m ³ /h e altura manométrica de 85 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.	70610	Unid.	5	R\$1.645,18	R\$8.225,92
2	Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv , padrão Monofásica , Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m ³ /h e altura manométrica de 86 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.	70610	Unid.	6	R\$1.832,58	R\$10.995,50
3	Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv , padrão Trifásico , Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m ³ /h e altura manométrica de 120 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.	405844	Unid.	3	R\$1.529,98	R\$4.589,95

4	<p>Motobomba Submersa com potência de 2,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 119 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.</p>	70610	Unid.	4	R\$2.216,30	R\$8.865,20
5	<p>Motobomba Submersa com potência de 2,0 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 119 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.</p>	70610	Unid.	3	R\$2.037,58	R\$6.112,75
6	<p>Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 85 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.</p>	70610	Unid.	3	R\$2.941,88	R\$8.825,65
7	<p>Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 211 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.</p>	456735	Unid.	3	R\$2.802,78	R\$8.408,35

8	Bomba Centrífuga com potência de 1,0 cv , padrão Monofásica , Voltagem 110/220 volt, Vazão de 2,5 m ³ /h e altura manométrica de 50 mca, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.	329471	Unid.	3	R\$815,00	R\$2.445,00
9	ROÇADEIRA CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 0.58L, À GASOLINA, MÍNIMO DE 35 CILINDRADA (CM ³), FERRAMENTA DE CORTE LÂMINA E FIO DE NYLON PESO (KG) 1) 7.9 POTÊNCIA (KW/CV) 1,7/2.3 ROT. LENTA RPM 2800 ROT. MÁX. RPM 12500, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,77M. ACOMPANHA 01 LAMINA DE CORTE DE DUAS PONTAS, 01 SERRA CIRCULAR EM AÇO PARA CORTE DE ARBUSTOS E TRONCOS DE NO MÍNIMO 10 CM, 01 CINTO DUPLO DE SUPORTE, AJUSTE DO CABO DE MANEJO SEM FERRAMENTA, CABO MULTIFUNCIONAL, CABO PARA DUAS MÃOS, COMPENSADOR, ELASTOSTART, ÓCULOS DE PROTEÇÃO, BOMBA DE COMBUSTÍVEL MANUAL (PURGER), CHAVE PARA ENCAIXE E DESENCAIXE DE LAMINAS. SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE A ROÇADEIRA STHIL OU HUSQVARNA (ACÓRDÃO 2300/2007, Plenário TCU), GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.	449873	Unid.	65	R\$2.775,28	R\$180.393,42
10	MAQUINA DE SOLDA BIVOLT (110/220V) 250 AMPERES , PARA USO EM SERRALHERIAS E OFICINAS, DIMENSÕES DE 0,36CM X 0,26CM X 0,46CM AxLxP, ACOMPANHA MANUAL DE USO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.	49689	Unid.	1	R\$770,99	R\$770,99
11	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - Peso (kg)- 18,2, pressão máxima (bar)- 100-120, voltagem-220, vazão máxima de água (1/h)-440-510, mangueira de alta pressão (m)-7, pressão de trabalho	150245	Unid.	9	R\$3.228,99	R\$29.060,94

	<p>(bar)-84-100. Tampa frontal articulada: Armazenamento fácil e seguro para os bicos leque e turbo que ficam protegidos contra sujeira; acoplamento de torneira anti torção que permite um trabalho confortável e evita que a mangueira seja danificada por causa da torção; carro para transporte integrado para facilitar a locomoção; sistema de engate rápido dos bicos; alça telescópica de alumínio. Acompanha: escova rotativa; lavadora de superfícies- com escova de deslize especiais, limpa diversos tipos de pisos e superfícies; tubo de limpeza com desvio angular com 1.080 mm de comprimento; prolongador de lança; mangueira plana têxtil, comprimento 12 m com carretel fixo; para limpeza de muros e a remoção de resquícios de tinta ou ferrugem de peças metálicas e madeira; conjunto de aspiração com 3m de comprimento, secciona água de cisternas que não contenham pressão e protetor de mangueira Espiral para proteção de mangueira. 7,5 m D1/2" PE, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC nº 553, de 08/12/2005.</p>					
					MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
					R\$ 22.596,57	R\$ 268.693,67

*Estimativa do Órgão Participante:

*Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte. UASG: 160074

*Endereço: Rua João Diogo, 458 Campina. CEP 66015-175- Belém /PA

Órgão Participante:						
Item	Especificações	CATMAT	Unid.	QD.	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
9	<p>ROÇADEIRA CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 0.58L, À GASOLINA, MÍNIMO DE 35 CILINDRADA (CM³), FERRAMENTA DE CORTE LÂMINA E FIO DE NYLON PESO (KG) 1) 7.9 POTÊNCIA (KW/CV) 1,7/2.3 ROT. LENTA RPM 2800 ROT. MÁX. RPM 12500, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,77M. ACOMPANHA 01 LAMINA DE CORTE DE DUAS PONTAS, 01 SERRA CIRCULAR EM AÇO PARA CORTE DE</p>	449873	Unid.	4	R\$2.775,28	R\$11.101,12

	<p>ARBUSTOS E TRONCOS DE NO MÍNIMO 10 CM, 01 CINTO DUPLO DE SUPORTE, AJUSTE DO CABO DE MANEJO SEM FERRAMENTA, CABO MULTIFUNCIONAL, CABO PARA DUAS MÃOS, COMPENSADOR, ELASTOSTART, ÓCULOS DE PROTEÇÃO, BOMBA DE COMBUSTÍVEL MANUAL (PURGER), CHAVE PARA ENCAIXE E DESENCAIXE DE LAMINAS. SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE A ROÇADEIRA STHIL OU HUSQVARNA (ACÓRDÃO 2300/2007, Plenário TCU), GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.</p>					
10	<p>MAQUINA DE SOLDA BIVOLT (110/220V) 250 AMPERES, PARA USO EM SERRALHERIAS E OFICINAS, DIMENSÕES DE 0,36CM X 0,26CM X 0,46CM AxLxP, ACOMPANHA MANUAL DE USO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC n° 553, de 08/12/2005.</p>	49689	Unid.	1	R\$770,99	R\$770,99
11	<p>LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - Peso (kg)- 18,2, pressão máxima (bar)- 100-120, voltagem-220, vazão máxima de água (1/h)-440-510, mangueira de alta pressão (m)-7, pressão de trabalho (bar)-84-100. Tampa frontal articulada: Armazenamento fácil e seguro para os bicos leque e turbo que ficam protegidos contra sujeira; acoplamento de torneira anti torção que permite um trabalho confortável e evita que a mangueira seja danificada por causa da torção; carro para transporte integrado para facilitar a locomoção; sistema de engate rápido dos bicos; alça telescópica de alumínio. Acompanha: escova rotativa; lavadora de superfícies- com escova de deslize especiais, limpa diversos tipos de pisos e superfícies; tubo de limpeza com desvio angular com 1.080 mm de comprimento; prolongador de lança; mangueira plana têxtil, comprimento 12 m com carretel fixo; para limpeza de muros e a remoção de resquícios de tinta ou ferrugem de peças metálicas e madeira; conjunto de aspiração com 3m de comprimento, secciona água de cisternas que não contenham pressão e protetor de mangueira Espiral para proteção de mangueira. 7,5 m D1/2” PE, devendo estar em conformidade com as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO n° 243, de 04/09/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da</p>	150245	Unid.	1	R\$3.228,99	R\$3.228,99

	Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e ainda cumpram o índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Ministerial MME/MCT/MDIC nº 553, de 08/12/2005.					
					MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
					R\$ 6.775,26	R\$ 15.101,10

26.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados do(a) a partir dada notificação da ordem de fornecimento, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

26.3. A pesquisa de preços seguiu a Instrução Normativa Nº 73 de 05 de agosto de 2020, utilizando os parâmetros do Art 5º item I-Painel de Preços e item IV-Pesquisa direta com fornecedores, e ainda o Art 6º para método de obtenção dos preços, sendo utilizado a MÉDIA sobre um conjunto de três preços.

26.4. O valor total do órgão gerenciador (Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins) é de R\$ **268.693,67** (duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três Reais e sessenta e sete centavos).

26.5. O valor do órgão participante (Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte) é de R\$ **15.101,10** (quinze mil, cento e um Reais e dez centavos).

26.6. O valor total do órgão gerenciador e do órgão participante é de R\$ 283.794,77 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e quatro Reais e setenta e sete centavos).

27. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

27.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares SEI (0019621423), apêndice deste Termo de Referência.

27.2. Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) está organizado no baixo Amazonas, através do Distrito Especial de Saúde Indígena Guamá Tocantins (DSEI-GUATOC), sendo a extensão territorial de 325.754 km², com sede no município de Belém do Pará, e está organizado em 08 (oito) Polos Bases e 05 (cinco) Casais (Casa de Saúde Indígena). Abrange 21 (vinte e um) municípios, sendo 20 (vinte) no estado do Pará (Santa Luzia, Tomé Açu, Aurora do Pará, Paragominas, Baião, Moju, Tucuruí, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Itupiranga, Jacundá, Bom Jesus do Tocantins, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Belterra, Santarém, Oriximiná e Óbidos), e 01 (um) no estado do Maranhão (Centro Novo do Maranhão), com responsabilidade sanitária na Atenção Primária aos territórios indígenas.

27.3. Cabe à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) coordenar o SASISUS e planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), observados os princípios e as diretrizes do SUS.

27.4. Historicamente, observou-se maior vulnerabilidade biológica dos povos indígenas a diversas doenças, em especial as causadas por ingestão de água não tratada. As epidemias e os elevados índices de mortalidade pelas doenças de veiculação hídrica contribuíram de forma significativa na redução do número de indígenas que vivem no território brasileiro, onde tais doenças ainda continuam sendo uma das principais causas de mortalidade infantil na população indígena.

27.5. A PNASPI prevê atenção diferenciada as populações indígenas com base na diversidade sociocultural e nas particularidades epidemiológicas e logística desses povos, com foco na oferta dos serviços de Atenção Primária e na garantia de integralidade da assistência.

27.6. Considerando que os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) são fatores essenciais para a distribuição de água potável aos povos indígenas, atendendo assim a portaria 2914/11 e que os mesmos necessitam de equipamentos como bombas para seu funcionamento e roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda para sua manutenção e higienização, justifica-se o uso desses equipamentos para tais sistemas e ainda UBSI's e Casais;

27.7. Portanto, cabe aos DSEI adoção de protocolos, normas e rotinas para o acolhimento, atendimento, medidas de prevenção e controle, manejo clínico, monitoramento, entre outros, para os casos de doenças transmissíveis pela água.

27.8. A Constituição Federal e as Leis Orgânicas de Saúde (8.080/90 e 9.836/99) reconhecem as especificidades étnicas e culturais dos povos indígenas. O Decreto nº. 3156 de 27.08.1999 dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas exercidas pelo Ministério da Saúde, neste caso representado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins, que executa as atividades de Assistência à Saúde dos Povos Indígenas. Considerando a necessidade do fornecimento de água potável através de sistemas próprios para esta destinação, e ainda a higienização de UBSI's e Casais, é que se faz necessária a aquisição de motobombas submersas, bombas centrífugas, roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda, sem os quais se torna impossibilitada a continuidade na prestação dos serviços de saúde aos povos indígenas. A manutenção e higienização dos SAA's, UBSI's e Casais é essencial para a conservação de medicamentos, funcionamento de equipamentos médico hospitalares, climatização de ambientes, funcionamento das bombas dos sistemas de abastecimento de água e demais atividades necessárias ao bom desempenho da assistência à saúde.

27.9. Considerando a necessidade da aquisição de motobombas submersas, bombas centrífugas, roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda para serem utilizados pela população indígena e equipes multidisciplinares de Saúde Indígena – EMSI e o Distrito objetivando significativamente a operacionalização das ações frente a prevenção das doenças transmissíveis pela ingestão de água não tratada entre outras.

27.10. Sendo assim, o objetivo da aquisição de motobombas submersas, bombas centrífugas, roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda se faz necessário para o bom funcionamento e higienização dos SAA's, UBSI's e Casais, os quais são utilizados pela população indígena e equipes multidisciplinares de Saúde Indígena – EMSI e o Distrito objetivando significativamente a operacionalização das ações frente a prevenção das doenças transmissíveis pela ingestão de água não tratada entre outras.

27.11. A respeito dos gastos para manutenção de tais equipamentos, devemos considerar a distância entre as aldeias e a cidade de Belém, onde fica a sede do DSEI GUATOC, onde muitos destes equipamentos são trazidos para manutenção por necessitarem de peças e mão de obra técnica adequada para seus consertos. Dessa forma acreditamos que a aquisição se faz necessário, para que haja uma diminuição nos gastos com conserto e manutenção.

27.12. As aquisições de bombas submersas, bombas centrífugas, roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda para substituição e higienização e polos e UBSI's de responsabilidade do DSEI GUATOC, estão subsidiadas no Plano Anual de Contratação-PAC 2020/2023 deste Distrito. Abaixo fotos de alguns Sistemas de Abastecimento de Água e UBSI's necessitando de troca de bombas e limpezas em geral:



27.13. Mediante as situações encontradas "in loco" nas motobombas submersas e centrífugas existentes, os quais estão com seus funcionamentos de forma precária e com suas manutenções prejudicadas pela falta de peças no mercado, diante do fato de serem equipamentos com modelos ultrapassados e longo período de utilização, levando também em consideração o estado de higienização dos SAA's e UBSI's, ainda tendo que considerar a distância entre as aldeias e a cidade de Belém, onde fica a sede do DSEI GUATOC, onde muitos destes equipamentos são trazidos para manutenção por necessitarem de peças e mão de obra técnica adequada para seus consertos, nestes termos se faz necessário a aquisição das 27 bombas submersas, 03 bombas centrífugas, 65 roçadeiras, 09 lavadoras de alta pressão e 01 máquina de solda, quantitativo este que atualmente é o mínimo necessário para realizar as substituições destes equipamentos, no intuito de manter o funcionamento e higienização dos Sistemas de Abastecimento de Água, UBSI's e demais atividades necessárias ao bom desempenho da assistência à saúde, tornando possível outros serviços como o monitoramento da qualidade da água nessas aldeias. Assim sendo torna-se justificada as requisições acima mencionadas sem o fracionamento deste quantitativo.

28. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

28.1. A aquisição de motobombas submersas, bombas centrífugas, roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda é para atender a demanda dos Sistemas de Abastecimento de Água nas aldeias, UBSI's e Casais, dando continuidade a assistência à Saúde Indígena do DSEI-GUATOC/SESAI/MS/PA, com finalidade de executar ações que venham beneficiar a qualidade da água, higienização de ambientes e consequentemente promover a saúde dos povos residentes nessas aldeias.

29. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

29.1. Os equipamentos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

30. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

30.1. Os equipamentos, objeto desta licitação, deverão ser entregues a expensas da empresa vencedora nos seguintes endereços: **Órgão Gerenciador - DSEI GUATO:** Av. Conselheiro Furtado 1597, Cremação, CEP: 66063-060 Belém -PA, nos seguintes horários: 08:30 às 11:30 e das 14:00 às 17:30 e **Órgão participante - Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte:** Rua João Diogo, 458 Campina. CEP 66015-175- Belém /PA. Os materiais deverão estar descritos nas notas fiscais, contendo as especificações completas, inclusive indicando a marca do produto. Serão recebidos em conformidade com o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

30.2. Informamos abaixo, a distribuição dos motobombas submersas, bombas centrífugas, roçadeiras, lavadoras de alta pressão e máquina de solda, para todos os Polos que estão sob a jurisdição do DSEI GUATOC, ressaltando que as entregas desses equipamentos deverá ser na sede do DSEI GUATOC, **ressaltando que as entregas nas aldeias, ficará sob a responsabilidade do DSEI GUATOC.**

POLO BASE	ALDEIA	ETNIA	MOTOBOMBA SUBMERSA 1,0 CV MONOFÁSICA	MOTOBOMBA SUBMERSA 1,5 CV MONOFÁSICA	MOTOBOMBA SUBMERSA 1,5 CV TRIFÁSICA	MOTOBOMBA SUBMERSA 2,5 CV MONOFÁSICA	MOTOBOMBA SUBMERSA 2,5 CV TRIFÁSICA	MOTOBOMBA SUBMERSA 3,0 CV MONOFÁSICA	MOTOBOMBA SUBMERSA 3,0 CV TRIFÁSICA	BOMBA CENTRÍFUGA 1,0 CV	ROÇADEIRA	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO
MARABA	POLO											1
MARABA	AKRĀTIKATEJÊ	GAVIÃO						1		1	1	
MARABA	KOYAKATI	GAVIÃO									1	

MARABA	KRIJAMRETIJÊ	GAVIÃO									1	
MARABA	KYIKATEJÊ	GAVIÃO									1	
MARABA	MÃE MARIA	GAVIÃO					1			1	1	
MARABA	ITAHY	SURUI									1	
MARABA	SORORÓ	SURUI					1				1	
Sta Luzia do Pará	POLO											1
Sta Luzia do Pará	ITUWAÇU	TEMBÉ		1							1	
Sta Luzia do Pará	PYNAWA	TEMBÉ									1	
Sta Luzia do Pará	SEDE	TEMBÉ								1	1	
Sta Luzia do Pará	YPYDHÔ	TEMBÉ									1	
TOMÉ AÇU	POLO											1
TOMÉ AÇU	PYTAWA	TEMBÉ									1	
TOMÉ AÇU	MARACAXI	TEMBÉ									1	
TOMÉ AÇU	ACARA MIRIM	TEMBÉ	1								1	
TOMÉ AÇU	ARUMATEUA	TEMBÉ									1	
TOMÉ AÇU	CUXIU MIRIM	TEMBÉ						1			1	
TOMÉ AÇU	NOVA	TEMBÉ									1	
TOMÉ AÇU	TEKENA'Y	TEMBÉ		1							1	
TOMÉ AÇU	TURÉ MAREQUITA	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	POLO											1
CAP. POÇO	FRASQUEIRA	TEMBÉ	1								1	
CAP. POÇO	IARAPE	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	ITAPUTYRE	TEMBÉ					1				1	
CAP. POÇO	JACARÉ	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	PAKOTIW	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	PIRA	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	SÃO PEDRO	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	TAWARI	TEMBÉ									1	
CAP. POÇO	ZAWARU	TEMBÉ									1	
TUCURUI	POLO											1
TUCURUI	ARARANDEWA	AMANAYÉ				1					1	
TUCURUI	SURUBIJÚ	AMANAYÉ									1	
TUCURUI	ANAMBÉ	ANAMBÉ				1					1	
TUCURUI	TROCARA	ASSURINI						1			1	
TUCURUI	TROCARAZINHO	ASSURINI									1	
TUCURUI	KM 18	ASSURINI									1	
PARAGOMINAS	POLO											1
PARAGOMINAS	SITIO NOVO	TEMBÉ									1	
PARAGOMINAS	BATE VENTO	TEMBÉ									1	

30.3. QUADRO RESUMO - DESTINO DOS EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS	ALDEIAS DE DESTINO	LONGITUDE	LATITUDE
Motobomba Submersa com potência de 1,0 cv, padrão Monofásica	FRASQUEIRA	S 01°51'38"	W 47°00'05"
	PONKURU	S 00°33'20"	W 58°5'31"
	TAMYURU	S 00°33'20.0"	W 58°05'21.5"
	ACARÁ MIRIM	N 02°41'19"	W 48°20'25"
	MAPIUM	S 1°7'6,13"	W 57°14'38,67"
Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv, padrão Monofásica	ITUWAÇU	S 01°47'24"	W 46°58'0.73"
	AYARAMÁ	S 00°38'21,1"	W 56°52'27,6"
	KASPAKURU	S 00°36'30,5"	W 56°48'27,3"
	BATERIA	S 00°01'0"	W 58°06'01"
	BRAGANÇA	S 03°03'30"	W 55°05'7"
	TEKENAY	N 02°16'59"	W 48°21'20"
Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv, padrão Trifásico	ALTER DO CHÃO	S 02°30'32"	W 54°57'17"
	LAGO DA PRAIA	S 02°18'55"	W 55°07'52"
	KARUCI	N 02°18'38"	W 55°05'55"
Motobomba Submersa com potência de 2,0 cv, padrão Monofásica	ARARANDEUA	S 03°40'59,2"	W 48°51'06,9"
	MAPUERA	S 00°41'51"	W 57°58'28"
	CANINDÉ	S 02°33'21"	W 46°30'09"
	ANAMBÉ	S 02°50'44"	W 49°21'04"
Motobomba Submersa com potência de 2,0 cv, padrão Trifásico	MÃE DO RIO	S 5°09'50,51"	W 48°53'50,66"
	ITAPUTYRE	S 01°51'22"	W 47°0'25"
	SORORÓ	S 05°55'56.0	W 048°38'28.1
Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Monofásica	CUXIU MIRIM	N 02°40'18"	W 48°16'6.77"
	KATETE	S 06°15'21"	W 50°47'56"
	TROCARÁ	S 03°35'14"	W 49°39'29"
Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Trifásico	AKRÁTIKATEJÊ	S 05°10'57"	W 49°01'07"
	KATETE	S 06°15'21"	W 50°47'56"
	TEKOHAW	S 02°37'33"	W 46°33'14"
Bomba Centrífuga com potência de 1,0 cv	AKRÁTIKATEJÊ	S 05°10'57"	W 49°01'07"
	SEDE	S 01°48'0.66"	W 46°58'33"
	MÃE MARIA	S 5°09'50,51"	W 48°53'50,66"
ROÇADEIRA MANUAL	AKRÁTIKATEJÊ	S 05°10'57"	W 49°01'07"
	KOYAKATI	S 05°11'16,4"	W 48°59'26,6"
	KRIJAMRETIJÊ	S 05°10'35,05"	W 48°58'31,77"
	KYIKATEJÊ	S 05°09'44,23"	W 48°56'20,96"
	MÃE MARIA	S 5°09'50,51"	W 48°53'50,66"
	ITAHY	S 05°59'50"	W 48°37'43"
	SORORÓ	S 05°55'56.0	W 048°38'28.1
	ITUWAÇU	S 01°47'24"	W 46°58'0.73"
	SEDE	S 01°48'0.66"	W 46°58'33"
	YPYDHÓ	S 01°46'08"	W 46°57'22"
	PYTAWA	N 02°17'52"	W 48°24'12"
	MARACAXI	N 02°21'20"	W 47°58'35"
	ACARÁ MIRIM	N 02°41'19"	W 48°20'25"
	ARUMATEUA	N 02°30'15"	W 48° 11'33"
	CUXIU MIRIM	N 02°40'18"	W 48°16'6.77"
	NOVA	N 02°18'21"	W 48°20'42"
	TEKENAY	N 02°16'59"	W 48°21'20"
	TURÉ MAREQUITA	N 02°17'02"	W 48°20'18"
	FRASQUEIRA	S 01°51'38"	W 47°00'05"
	IARAPE	S 01°46'03"	W 46°56'24"
	ITAPUTYRE	S 01°51'22"	W 47°0'25"
	JACARÉ	S 01°49'29"	W 46°58'49"
	PAKOTIW	S 01°51'01"	W 46°58'59"

30.7. Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

30.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

30.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

30.10. Abaixo Planilha com a Programação trimestral 2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	QD.	TOTAL UNT.	MÉDIA	TOTAL GERAL	1º TRIMESTRE 2021		2º TRIMESTRE 2021		3º TRIMESTRE 2021		4º TRIMESTRE 2021	
							QD.	VALOR	QD.	VALOR	QD.	VALOR	QD.	VALOR
1	Motobomba Submersa com potência de 1,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 85 mca.	70610	5	R\$4.935,55	R\$1.645,18	R\$8.225,92					3	R\$4.935,55	2	R\$3.290,37
2	Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 86 mca.	70610	6	R\$5.497,75	R\$1.832,58	R\$10.995,50					3	R\$5.497,75	3	R\$5.497,75
3	Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 120 mca.	405844	3	R\$4.589,95	R\$1.529,98	R\$4.589,95					2	R\$3.059,97	1	R\$1.529,98
4	Motobomba Submersa com potência de 2,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura	70610	4	R\$6.648,90	R\$2.216,30	R\$8.865,20					2	R\$4.432,60	2	R\$4.432,60

	manométrica de 119 mca.													
5	Motobomba Submersa com potência de 2,0 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 119 mca.	70610	3	R\$6.112,75	R\$2.037,58	R\$6.112,75					2	R\$4.075,17	1	R\$2.037,58
6	Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 85 mca.	70610	3	R\$8.825,65	R\$2.941,88	R\$8.825,65					2	R\$5.883,78	1	R\$2.941,88
7	Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 211 mca.	456735	3	R\$8.408,35	R\$2.802,78	R\$8.408,35					2	R\$5.605,57	1	R\$2.802,78
8	Bomba Centrífuga com potência de 1,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 110/220 volt, Vazão de 2,5 m³/h e altura manométrica de 50 mca.	329471	3	R\$2.445,00	R\$815,00	R\$2.445,00					2	R\$1.630,00	1	R\$815,00
9	ROÇADEIRA MANUAL, TIPO MOTOR:GASOLINA, POTÊNCIA MOTOR:1,7 KW, TIPO CORTADOR:FIO NÁILON E/OU LÂMINA AÇO, ROTAÇÃO:12.300 RPM, PESO APROXIMADO:7,30 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LATER	449873	65	R\$8.325,85	R\$2.775,28	R\$180.393,42					35	R\$ 97.134,92	30	R\$ 83.258,50

	AL, APLICAÇÃO:CORTE GRAMA, CAPIM, PASTO, ARBUSTO, CAPOEIRAS E PE, TIPO:COSTAL													
10	MAQUINA DE SOLDA BIVOLT, 250 A, para uso em serralherias e oficinas, dimensões de 0,36CM X 0,26CM X 0,46CM AxLxP, acompanha manual de uso. Garantia mínima de 12 meses.	49689	1	R\$2.312,9 8	R\$770,99	R\$770,99					1	R\$770,99	0	R\$0,00
11	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - Peso (kg)- 18,2, pressão máxima (bar)- 100-120, voltagem-220, vazão máxima de água (1/h)-440-510, mangueira de alta pressão (m)-7, pressão de trabalho (bar)-84-100. Tampa frontal articulada: Armazenamento fácil e seguro para os bicos leque e turbo que ficam protegidos contra sujeira; acoplamento de torneira anti torção que permite um trabalho confortável e evita que a mangueira seja danificada por causa da torção; carro para transporte integrado para facilitar a locomoção; sistema de engate rápido dos bicos; alça telescópica de alumínio. Acompanha: escova rotativa; lavadora de superfícies- com escova de deslize especiais, limpa	150245	9	R\$9.686,9 8	R\$3.228,9 9	R\$29.060,9 4					5	R\$ 16.144 ,97	4	R\$12.915, 97

34.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

35. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

35.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

35.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

35.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

36. DO PAGAMENTO

36.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

36.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

36.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

36.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

36.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

36.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

36.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

36.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

36.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

36.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

36.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

36.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

36.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

36.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

36.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

36.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

36.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I =$	$(6 / 100) I = 0,00016438$
	365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

37. DO REAJUSTE

37.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

37.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice 0,36% exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Ressaltando que este índice foi obtido através do IPCA nacional (Brasil) de julho/2020.

37.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

37.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

37.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

37.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

37.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

37.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

38. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

38.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 03 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

38.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

38.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

38.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

38.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

38.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15(quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

38.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

38.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

38.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

38.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

38.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

39. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

39.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

39.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

39.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

39.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

39.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

39.1.5. cometer fraude fiscal;

39.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

39.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

39.2.2. Multa moratória de 0,05 % (zero, zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

39.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

39.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

39.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

39.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

39.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

39.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

39.3. As sanções previstas nos subitens 36.2.1, 36.2.5, 36.2.6 e 36.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados.

- 39.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 39.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 39.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 39.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 39.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 39.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 39.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 39.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 39.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 39.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 39.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 39.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

40. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 40.1. Os materiais, objetos desta licitação deverão seguir, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 40.1.1. Os materiais deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- 40.1.2. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 40.1.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas de acordo, com a sua categoria, o menor volume possível, que utilize materiais apropriados, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 40.1.4. Os materiais não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restric_on of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).
- 40.2. As boas práticas ambientais serão avaliadas conforme preconiza o Artigo 5º da IN 01/2010/MPOG, que poderão ser comprovadas das seguintes maneiras:
- 40.2.1. Por Declaração, com a firma reconhecida em Cartório de Registro Público, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, ou;
- 40.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por Órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo Órgão, ou;
- 40.2.3. Com a apresentação de documentos, registrados em Cartório de Ofícios de Registros Públicos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e, quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.
- 40.2.4. Todos os documentos que devam ser entregues pelo licitante, quer seja pelo processo de cópia ou impresso, deverão ser feitos, referencialmente, através de papel A4 ou papel ofício oriundos de processo de reciclagem, inclusive, os envelopes que forem entregues ao Pregoeiro.
- 40.2.5. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos equipamentos usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do equipamento utilizado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, 30/09/2009, e legislação correlata.
- 40.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o DSEI GUATOC poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

41. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 41.1. O valor total do órgão gerenciador (Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins) é de R\$ **268.693,67** (duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três Reais e sessenta e sete centavos).
- 41.2. O valor do órgão participante (Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte) é de R\$ **15.101,10** (quinze mil, cento e um Reais e dez centavos).
- 41.3. O valor total do órgão gerenciador e do órgão participante é de R\$ 283.794,77 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e quatro Reais e setenta e sete centavos).**

Belém, 14 de junho de 2021.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA GUAMÁ TOCANTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA GUAMÁ TOCANTINS, com sede na Av. Conselheiro Furtado, 1597 - Cremação, na cidade de Belém, Estado do Pará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0103-00, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena, Sr. Stanney Everton Nunes, nomeado pela Portaria nº 402, de 08 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2017, portador da matrícula funcional nº considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200. , processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20. , que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.1.1 O órgão gerenciador: DSEI GUATOC/SESAI/MS

Órgão Gerenciador: DSEI GUATOC/SESAI/MS						
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Unidade	CATMAT	Valor Médio Unitário	Valor Total estimado
01	Motobomba Submersa com potência de 1,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 85 mca.	5	UNIDADE	150182		
02	Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 86 mca.	6	UNIDADE	150182		
03	Motobomba Submersa com potência de 1,5 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 120 mca.	3	UNIDADE	150182		
04	Motobomba Submersa com potência de 2,5 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 119 mca	4	UNIDADE	150182		
05	Motobomba Submersa com potência de 2,5 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 119 mca.	3	UNIDADE	150182		
06	Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 1,5 a 6,5 m³/h e altura manométrica de 85 mca.	3	UNIDADE	150182		
07	Motobomba Submersa com potência de 3,0 cv, padrão Trifásico, Voltagem 220 volt, Bocal de Saída BSP 1 1/2, Vazões entre 0,6 a 4,7 m³/h e altura manométrica de 211 mca.	3	UNIDADE	150182		
08	Bomba Centrífuga com potência de 1,0 cv, padrão Monofásica, Voltagem 110/220 volt, Vazão de 2,5 m³/h e altura manométrica de 50 mca.	3	UNIDADE	362073		
09	ROÇADEIRA capacidade do tanque de combustível de 0,58L, à gasolina, mínimo de 35 cilindradas (CM³), ferramenta de corte lâmina e fio de nylon peso (KG) 1) 7.9 potência (KW/CV) 1,7/2.3 Rot. lenta RPM 2800 Rot. Máx. RPM 12500, comprimento mínimo de 1,77M. acompanha 01 lâmina de corte de duas pontas, 01 duplo de ajuste, ajuste de cabo de manivel, 01 ferramenta cabo multifuncional, cabo para duas mãos, compensador, elastostart, óculos de proteção, bomba de combustível manual (PURGER), chave para encaixe e desencaixe de lâminas. Similar ou de melhor qualidade a roçadeira STHIL ou HUSQVARNA (ACÓRDÃO 2300/2007, Plenário TCU), garantia mínima de 12 meses.					
10	MAQUINA DE SOLDA bivolt (110/220V) 250 Amperes, para uso em serralherias e oficinas,					

	dimensões de 0,36CM X 0,26CM X 0,46CM A x L x P, acompanha manual de uso. Garantia mínima de 12 meses.				
11	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - Peso (kg)- 18,2, pressão máxima (bar)- 100-120, voltagem-220, vazão máxima de água (1/h)-440-510, mangueira de alta pressão (m)-7, pressão de trabalho (bar)-84-100. Tampa frontal articulada: Armazenamento fácil e seguro para os bicos leque e turbo que ficam protegidos contra sujeira; acoplamento de torneira anti torção que permite um trabalho confortável e evita que a mangueira seja danificada por causa da torção; carro para transporte integrado para facilitar a locomoção; sistema de engate rápido dos bicos; alça telescópica de alumínio. Acompanha: escova rotativa; lavadora de superfícies- com escova de deslize especiais, limpa diversos tipos de pisos e superfícies; tubo de limpeza com desvio angular com 1.080 mme de comprimento; prolongador de lança; mangueira plana têxtil, comprimento 12 m com carretel fixo; para limpeza de muros e a remoção de resquícios de tinta ou ferrugem de peças metálicas e madeira; conjunto de aspiração com 3m de comprimento, secciona água de cisternas que não contenham pressão e protetor de mangueira Espiral para proteção de mangueira. 7,5 m D1/2" PE.	9	UNIDADE	150245	
TOTAL GERAL ESTIMADO					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o DSEI GUATOC/SESAI/MS

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Estimativa do Órgão Participante:
- Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte.
- UASG: 160074
- Endereço: Rua João Diogo, 458 Campina. CEP 66015-175- Belém /PA.
- Endereço: Rua João Diogo, 458 Campina. CEP 66015-175- Belém /PA.

<i>Órgão Participante:</i>						
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	CATMAT	VLR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
9	ROÇADEIRA capacidade do tanque de combustível de 0,58L, à gasolina, mínimo de 35 cilindradas (CM ³), ferramenta de corte lâmina e fio de nylon peso (KG) 1) 7.9 potência (KW/CV) 1,7/2.3 Rot. lenta RPM 2800 Rot. Máx. RPM 12500, comprimento mínimo de 1,77M. acompanha 01 lâmina de corte de duas pontas, 01 serra circular em aço para corte de arbustos e troncos de no mínimo 10 CM, 01 cinto duplo de suporte, ajuste do cabo de manejo sem ferramenta, cabo multifuncional, cabo para duas mãos, compensador, elastostart, óculos de proteção, bomba de combustível manual (PURGER), chave para encaixe e desencaixe de lâminas. Similar ou de melhor qualidade a roçadeira STHIL ou HUSQVARNA (ACÓRDÃO 2300/2007, Plenário TCU), garantia mínima de 12 meses.	4	UNIDADE	453258		
10	MAQUINA DE SOLDA bivolt (110/220V) 250 Amperes, para uso em serralherias e oficinas, dimensões de 0,36CM X 0,26CM X 0,46CM A x L x P, acompanha manual de uso. Garantia mínima de 12 meses.	1	UNIDADE	49689		
11	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - Peso (kg)- 18,2, pressão máxima (bar)- 100-120, voltagem-220, vazão máxima de água (1/h)-440-510, mangueira de alta pressão (m)-7, pressão de trabalho (bar)-84-100. Tampa frontal articulada: Armazenamento fácil e seguro para os bicos leque e turbo que ficam protegidos contra sujeira; acoplamento de torneira anti torção que permite um trabalho confortável e evita que a mangueira seja danificada por causa da torção; carro para transporte integrado para facilitar a locomoção; sistema de engate rápido dos bicos; alça telescópica de alumínio. Acompanha: escova rotativa; lavadora de superfícies- com escova de deslize especiais, limpa diversos tipos de pisos e superfícies; tubo de limpeza com desvio angular com 1.080 mme de comprimento; prolongador de lança; mangueira plana têxtil, comprimento 12 m com carretel fixo; para limpeza de muros e a remoção de resquícios de tinta ou ferrugem de peças metálicas e madeira; conjunto de aspiração com 3m de comprimento, secciona água de cisternas que não contenham pressão e protetor de mangueira Espiral para proteção de mangueira. 7,5 m D1/2" PE.	1	UNIDADE	150245		
TOTAL GERAL ESTIMADO :						

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes

4.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo dobro). do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir do(a) _____, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1 por razão de interesse público; ou

6.9.2 a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MINUTA

MODELO

TERMO DE CONTRATO

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 25056.001162/2020-01, QUE FAZEM ENTRE SI O(A)

E A EMPRESA

A União / Autarquia / Fundação , (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a) , na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOU de de de , portador da matrícula funcional nº , doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº expedida pela (o) e CPF nº tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20. , por Sistema de Registro de Preços nº/20. , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

42. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

42.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Motobombas Submersas, Bombas Centrífugas, Roçadeiras, Lavadoras de Alta Pressão e Máquina de Solda, para atender aos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA, UBSI's e Casais, no atendimento das etnias Tembê, Gaviões, Suruí, Assuruní, Amanayê, Anambê, Xikrin, Munduruku, Arapium, Jaraqui e Way Way, sob responsabilidade do DSEI GUATOC, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

42.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

42.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

43. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

43.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

44. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

44.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

44.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

45. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

45.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20. , na classificação abaixo:

- ♦ Gestão/Unidade:
- ♦ Fonte:
- ♦ Programa de Trabalho:
- ♦ Elemento de Despesa:
- ♦ PI:

46. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

46.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

47. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

47.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

48. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

48.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 03 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

48.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

48.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

48.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

48.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

48.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15(quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

48.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

48.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

48.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

48.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

48.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

49. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

49.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

50. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

50.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

51. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

51.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

52. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVA

52.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

53. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– RESCISÃO

53.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

53.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

53.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

53.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

53.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

53.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

53.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

53.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

53.4.3. Indenizações e multas.

54. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

54.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

54.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

54.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

54.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

55. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

55.1. . Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

55.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

55.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

56. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

56.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

56.2. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

57. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

57.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

65 UNIDADE 453258



1 UNIDADE 49689

Termo de contrato-modelo para pregão eletrônico-Compras
Atualização: Julho/2020

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto da Silva Lima, Chefe do Serviço de Recursos Logísticos**, em 14/06/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Marco de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0021062134** e o código CRC **C05D5872**.

Referência: Processo nº 25056.001162/2020-01

SEI nº 0021062134

Serviço de Recursos Logísticos - SELOG/GUATO
Avenida Conselheiro Furtado, nº 1.597 - Bairro Cremação, Belém/PA, CEP 66040-100
Site - www.saude.gov.br



Emitido em 01/09/2022

CÓPIA DE EDITAL Nº 314/2022 - CCLIC/ARA (11.01.02.02.01.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/09/2022 12:22)
LUIZ FERNANDO HREISEMNOU DO ROSARIO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
CCLIC/ARA (11.01.02.02.01.03.01)
Matrícula: ###214#7

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **314**, ano: **2022**, tipo:
CÓPIA DE EDITAL, data de emissão: **01/09/2022** e o código de verificação: **3ad6758dcd**